DE CONTRATAÇÃO 345 SDC

GABINETE DA PREFEITA

Expediente: Solicitação dada pela Secretaria De Planejamento, Administração e Gestão De Pessoas.

Assunto: Procedimento de Inexigibilidade de licitação.

Anexo: Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

D E S P A C H O:

AUTORIZO a realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, linha "C" da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de Abril de 2021 e as suas alterações posteriores, objetivando: **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VOLTADOS AO PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL, COM O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECÍFICO, WEB E MOBILE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE JUAZEIRINHO – PB**.

Destaca-se que o referido certame, conforme evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

Conforme informações do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste órgão, para a formalização do referido processo de contratação direta por Inexigibilidade.

Juazeirinho - PB, 01 de Setembro de 2026.

ANNA VIRGINIA DE BRITO MATIAS:05822802494

Assinado digitalmente por ANNA VIRGINIA DE BRITO MATIAS:05822802494
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=31014048000182, OU=presencial, CN=ANNA VIRGINIA DE BRITO MATIAS:05822802494
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.01 10:08:10-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

ANNA VIRGÍNIA DE BRITO MATIAS
Prefeita Constitucional